



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Diligência	REUNIÃO Nº: 2717/15	DATA: 14/12/2015	
LOCAL: Estado de São Paulo	INÍCIO: 14h01min	TÉRMINO: 14h56min	PÁGINAS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO HADDAD - Prefeito do Município de São Paulo.
JOSÉ RUBENS DOMINGUES FILHO - Secretário-Adjunto de Coordenação das Subprefeituras.
ROSANE CORREA DE OLIVEIRA - Gerente do Centro de Controle de Zoonoses.
FRANCISCO MACENA DA SILVA - Secretário do Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento do Prefeito Fernando Haddad.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Ordem do Dia.

A presente reunião consistirá em tomada de depoimento do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Paulo, Fernando Haddad, conforme Requerimento nº 117/15.

Vale lembrar, Prefeito — eu quero ser justo com os dois —, que o Deputado Nilto Tatto e o Deputado Goulart lutaram muito para esse requerimento não ser aprovado. Queria deixar claro isso, porque eles foram dois guerreiros. É preciso saber disso.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência registra que V.Exa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, informo-lhe que recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Exa., portanto, a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado.

O SR. FERNANDO HADDAD - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão. O depoente não poderá ser aparteado. Os Parlamentares interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se juntamente à Secretaria.

Com a palavra o Prefeito Fernando Haddad.

O senhor sabe qual é o tema?

O SR. FERNANDO HADDAD - Eu queria, na verdade, pedir uma autorização. Como nós estamos aqui na Prefeitura, e há uma equipe que trata desse assunto há bastante tempo — são funcionários de carreira, hoje liderados pela nossa Secretaria Municipal de Coordenação —, eu acho que seria interessante para a Comissão, para a CPI, para o País se eles pudessem fazer uma breve apresentação, que ocuparia uma fração do tempo que me está sendo concedido, para que os senhores



conheçam a realidade da cidade de São Paulo — que eu asseguro que está na dianteira em várias frentes, e nesta inclusive —, para que, depois, possa ser mais frutífera a nossa conversa. Se V.Exas. permitirem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Lógico! Está permitido.

O SR. FERNANDO HADDAD - É o José Rubens quem vai fazer a apresentação. O José Rubens é Secretário-Adjunto. O Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras é o Luiz Antonio Medeiros.

O SR. JOSÉ RUBENS DOMINGUES FILHO - Bom dia a todas e a todas. Bom dia, Presidente, Srs. Deputados presentes, Prefeito Fernando Haddad e Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sr. Rubens, só 1 minuto. Por favor, o senhor pode declarar o seu nome completo e o cargo que ocupa? É só para ficar registrado na gravação.

O SR. JOSÉ RUBENS DOMINGUES FILHO - Positivo! José Rubens Domingues Filho, Secretário-Adjunto de Subprefeituras.

Bom dia a todos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Trouxemos aqui uma apresentação da Secretaria referente às ações de fiscalização realizadas neste ano em duas feiras identificadas pela nossa equipe de Subprefeitos. Uma delas é em Itaquera, na Jacu Pêssego...

Essas são as datas, Sr. Presidente, em que foram feitas ações fiscalizatórias, algumas com o Controle de Zoonoses — CCZ, outras só com as Subprefeituras.

Essas são algumas fotos do local sobre o qual os senhores têm conhecimento.

Aqui é uma proposta de ações fiscalizatórias para os próximos meses, começando em janeiro, fevereiro e março.

Nós aproveitamos, Sr. Presidente, para pedir o apoio desta CPI, porque a ideia é promover ações conjuntas. Nós precisamos muito do apoio da PM Ambiental, por conta do manejo dos bichos e para a própria segurança dos agentes envolvidos nas ações.



Aqui estão as ações da Subprefeitura da Lapa, na Manoel Velasco. A Subprefeitura tem feito insistentes vistorias no local, de modo a coibir essas feiras. Da Lapa eu não tenho fotos.

E essa é a nossa proposta de calendário para as feiras da Lapa.

Então, nós temos conhecimento oficial dessas duas feiras. Nós soltamos — vou até pedir para a Érica achar na pasta — um comunicado para todas as Subprefeituras, por meio do nosso Chefe do Solo, para que os fiscais mantenham o alerta no território sobre a notícia de novas feiras. Então, também peço a esta Comissão que, caso tenha notícia de outras feiras, nos informe, para que nós possamos acionar o nosso conjunto dos 32 Subprefeitos.

De modo muito singelo, essas são as ações feitas ao longo do ano, e a nossa ideia é continuar a intensificar as ações nessas feiras. *(Pausa.)*

Depois, Sr. Presidente, deixarei aos cuidados da Comissão o documento de que eu falei, em que pedimos ao conjunto das 32 Subprefeituras que noticiem novas feiras.

São essas as duas feiras de que temos informação, e os Subprefeitos já têm mantido ações em cima delas. *(Pausa.)*

A SRA. ROSANE CORREA DE OLIVEIRA - Meu nome é Rosane Correa de Oliveira. Eu sou Gerente do Centro de Controle de Zoonoses.

Boa tarde a todos! Eu fiz um relato das nossas ações que inclui outras questões também muito relevantes para as tratativas com os animais.

O Centro de Controle tem uma missão de prevenção, proteção e promoção à saúde.

Eu fiz este breve relato porque ele fala muito bem o quanto nós temos uma população estimada... Em 2010, foi feito um trabalho que estimou a população de cães e gatos presente em cada coordenadoria. Então, atualmente nós estamos com essa população estimada em 2 milhões e 400 cães e 600 mil gatos na cidade de São Paulo e nós calculamos o índice homem/animal presente na cidade.

O Centro de Controle de Zoonoses faz todo o atendimento do Registro-Geral Animal, que é um serviço que é previsto em lei, segundo a qual todos os animais domésticos, cães e gatos da cidade de São Paulo, precisam ser registrados. Nós temos, até o momento, 1 milhão 240 registros de animais. Entre os microchipados, a



partir de 2012, nós tivemos um incremento de 600 mil. Então, essas microchipagens são todas realizadas nos animais que estão abrangidos no nosso trabalho de vigilância em saúde.

Um dado muito importante em relação à cidade, que ajuda também a entender um pouco essa dinâmica da população de cães e gatos, é o controle reprodutivo. De 2008 a outubro de 2015, já foram castrados e esterilizados 604.486 animais da cidade de São Paulo. Essas castrações procuram sempre abranger áreas de vulnerabilidade social. É estabelecida uma série de requisitos e feito um cadastro para que esses animais sejam submetidos à castração.

O Centro de Controle também tem disponíveis animais para adoção. Atualmente, nós estamos com cerca de 250 cães e 130 gatos. Existem também os animais de interesse econômico, que são os cavalos, bois e todos os outros que nós também recolhemos na cidade, quando estão em situação de risco.

São feitas feiras; é feito... Investe-se muito por quê? Porque, a partir de 2008, com a legislação que proibiu a eutanásia de animais sadios, o Centro de Controle de Zoonoses não eutanásia mais animais sadios. Esses animais são só eutanasiados mediante uma avaliação técnica de um médico veterinário, com todos os pré-requisitos para que ela ocorra. Então, os animais, a partir do momento em que são recolhidos, permanecem no centro, até que adoeçam ou venham a falecer de morte natural, ou são doados. Por isso, nós sempre tentamos ao máximo incrementar, fazer feiras, trabalhar toda a questão na mídia para promover as adoções.

Trabalhamos também bastante com a parte da educação em saúde.

Todas essas propostas interferem, de maneira direta ou indireta, na questão do abandono, na questão da posse responsável, na questão do comércio de animais. Então, são todas ações importantíssimas para que a gente as trabalhe de uma maneira proativa.

Nós temos programas; produzimos material educativo; temos toda uma atividade junto às escolas, formando crianças exatamente para que elas adotem animais, tenham o entendimento do que são maus-tratos. Então, nós tentamos trabalhar isso muito firmemente junto às escolas.

A população animal também... Conforme foi publicado, um grande enfretamento que nós temos na cidade de São Paulo — não só na cidade de São



Paulo, mas em todo o mundo — é a questão dos acumuladores. Então, agora, em outubro, publicou-se uma portaria da Secretaria da Saúde que criou o Comitê Intersecretarial de Enfrentamento do Transtorno de Acumulação, porque vários parceiros têm que ser envolvidos nessa questão.

O Centro de Controle Zoonoses, a Secretaria de Saúde, atua nos estabelecimentos comerciais — no comércio, dentro de estabelecimentos. São feitas vistorias desse comércio; é fornecido CMVS a esses estabelecimentos veterinários, e são feitas vistorias em canis, gatis e em clínicas e *pet shops*.

O comércio irregular de animais em via pública envolve vários parceiros, várias instituições. Então, como o José Rubens também colocou, aqui estão algumas fotos dessa apreensão. Toda a parte educativa que é feita, com colocação de faixas, com colocação... Esse é o pessoal que fica no local e tenta trabalhar a população para que ela não compre animais, para que ela os adote; fala sobre o perigo de você comprar um animal sem procedência — a maioria das vezes esses animais são extremamente doentes e vêm a falecer, muitas vezes, e os compradores não podem nem reclamar desse fato, porque é um comércio legal, não tem nota fiscal, e ficam no prejuízo. Mas esses números não aparecem.

Então, as nossas propostas de SMS da Prefeitura dizem respeito ao incentivo à adoção de cães e gatos, que é a nossa principal bandeira, e a ações educativas. Este é um material recém-publicado de SMS que trabalha a posse responsável, a adoção e a vacinação em postos permanentes.

Essa também é uma proposta em que a gente tem que tentar trabalhar este RGA, porque atualmente, de acordo com a Lei Estadual nº 13.131, de 2001, existe uma taxa pública, e isso causa alguns empecilhos. A taxa é de 2 reais, mas, mesmo assim, a gente tem grande dificuldade para que as pessoas realizem o registro dos animais. E o registro é muito importante para que a gente conheça de fato a população de São Paulo. As ações coletivas também são prejudicadas pela falta de registro. Além disso, o registro pode servir para a gente coibir o comércio de animais, se for feito um banco federal ou estadual.

Aqui é uma sugestão do corpo técnico para que o banco do RGA seja um banco federal, para que a gente realmente tenha o registro quando esses animais



vão de um Estado para outro ou de uma cidade para outra. Que a gente tenha essa leitura!

O abandono de animais é um crime ambiental previsto na legislação, e a gente trabalha bastante e tem feito todos os esforços para que isso diminua. Então, há as castrações gratuitas, a obrigatoriedade do registro geral, a proibição de comércio e a adoção de animais não microchipados e castrados.

Todo animal que sai do CCZ é microchipado, castrado, vermifugado e vacinado. E não se podem comercializar em estabelecimentos públicos animais que não estejam castrados, vacinados e vermifugados. Então, essa ação é muito importante.

E há a ação de fiscalização e atuação em caso de comércio ilegal, maus-tratos e abandono, que também é uma parceria que a gente tem, juntamente com Subprefeitura, GCM e Polícia Militar. A gente precisa de todos os parceiros para, de fato, fazer uma ação nesses locais.

Quanto ao recolhimento seletivo, em vias públicas, de animais de interesse em saúde pública, quero dizer que são recolhidos apenas animais em sofrimento e com risco, sendo eles encaminhados para tratamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Sr. Francisco Macena da Silva.

O SR. FRANCISCO MACENA DA SILVA - Sou Francisco Macena da Silva, Secretário de Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo.

A partir dessas apresentações, eu acho importante registrar que há aproximadamente 1 ano nós temos um serviço intersecretarial coordenado para atender à demanda dos animais. Há uma parte da Guarda Ambiental que também atua nas regiões, principalmente nas do extremo leste, extremo sul e extremo norte da cidade, no atendimento, com encaminhamento e tratamento dos animais silvestres. Depois, volta-se com o animal para seu hábitat natural ou, em alguns casos, para doação para entidades como zoológico ou instituto florestal, que cuidam desses animais.

A outra questão importante é que o Prefeito Fernando Haddad inaugurou, na cidade de São Paulo, dois hospitais veterinários municipais, nos quais nós temos



uma média de atendimento de 300 consultas por dia. É um atendimento gratuito. É um atendimento, de porta aberta: o cidadão chega lá com o seu animal, que é atendido.

Algumas questões foram colocadas, como, por exemplo, a castração — mais de 600 mil castrações foram realizadas na cidade de São Paulo entre 2008 e 2015 — é um serviço permanente da cidade de São Paulo. Além dos hospitais, nós possuímos alguns pontos fixos na cidade de São Paulo aonde qualquer cidadão pode levar seu animal para que seja feita a castração.

A partir de janeiro, vamos inaugurar um novo serviço de atendimento móvel, com quatro viaturas que farão atendimento móvel, permitindo que possamos realizar campanhas em regiões da cidade. Esse veículo vai ao local, coloca um *chip* no animal, faz o RG dele, efetua a vacinação, enfim, há todo um tratamento, com acompanhamento veterinário no local. Isso vai permitir que a pessoa não precise se deslocar a esses pontos fixos, aos dois hospitais que temos. Nós vamos colocar esse serviço muito mais próximo da população, principalmente da periferia da cidade de São Paulo, onde há a maior dificuldade de acesso a esses serviços.

Por último, foram informados números aqui, mas acho que é importante registrar que a eutanásia diminuiu, só ocorre em casos que a lei prevê, em casos extremos, que não têm mais jeito. O tratamento realizado pelos dois hospitais e pelos nossos centros também faz uma regressão da doença e permite que essa eutanásia seja feita em menor número do que era habitualmente feita na cidade de São Paulo. Acho que temos um serviço integrado de atendimento. Poucas cidades que conheço têm esse serviço integrado. Estamos em processo constante de ampliação, em um trabalho intersecretarial.

O SR. FERNANDO HADDAD - As quatro unidades móveis estão aqui no Vale do Anhangabaú. Nós trouxemos para que vocês, se quiserem, na saída, conhecer...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FERNANDO HADDAD - Ótimo!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FERNANDO HADDAD - Tem quatro unidades móveis aqui na saída da garagem, no Anhangabaú. Essas que o Chico mencionou que vão para a rua a partir de janeiro, para dar um atendimento no bairro, porque os dois hospitais, obviamente



exige deslocamento. Outra coisa importante é que nós aprovamos uma legislação que permite o transporte de animais em transporte público. Você sabe que um dos problemas da população de baixa renda era transportar animal. Nós estamos agora... nós autorizamos, no entre picos, até um determinado porte, o animal pode ser transportado em transporte público. Então tem uma série de inovações. Uma cidade de 50 mil habitantes é uma coisa, 12 milhões de habitantes é outra. Então é uma série de inovações para adaptar o atendimento ao cidadão e aos animais, que também estão abandonados, da melhor maneira possível. Os hospitais estão os dois em funcionamento — um começou na gestão do Kassab, o outro começou na minha. E enfim... Por fim, eu queria dizer que nós, aqui na cidade de São Paulo, aprovamos uma lei que está suspensa pela Justiça, que entende liminarmente que ela deva ser aprovada pelo Congresso Nacional, que é a proibição da comercialização de *foie gras* no Brasil. Nós proibimos na cidade de São Paulo. Eu tenho certeza de que, se o senhor verificar... se o senhor verificar o sofrimento dos animais para a produção desse alimento, o senhor vai deixar de comer, como eu deixei, sendo um apreciador. Mas não é tudo que a gente gosta que a gente faz, não é? E eu acho que um dos objetivos da CPI é propor uma legislação nova. Eu acho que esta CPI... eu gostaria de sugerir que ela pudesse contemplar essa proposta da cidade de São Paulo, que é a primeira no Brasil que toma essa atitude, que foi muito comemorada pelos ativistas defensores dos animais. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria de solicitar que esses documentos fossem encaminhados à CPI. Temos que deixar registrado no áudio.

Concedo a palavra ao Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Os argumentos levantados aqui pelo Sr. Macena, pelo Sr. José Rubens e pela representante de zoonoses, Sra. Rosane, nós já os havíamos dito na CPI, mas em outras palavras.

Eu, inclusive, disse que foi inaugurado o segundo hospital da Zona Norte e que o próximo deverá ser na Zona Sul. Eu até tenho uma sugestão. Nós temos uma faculdade de Veterinária na Zona Sul, no antigo OSEC. Até o meu filho é formado lá. Em vez de fazer um novo hospital, talvez, se estabelece um convênio com o hospital veterinário vizinho das nossas casas — minha e do Deputado Nilto Tatto —, que é



um bom hospital. Eles atendem já gratuitamente. Muitas vezes, os animais da minha casa são atendidos lá. Eu, não, porque às vezes eu vou a outro hospital. *(Risos.)*

Mas, enfim, acho que todas essas ações são muito importantes.

Sobre esse trabalho de que a senhora falou a respeito dos acumuladores, nós temos a região de Varginha, que é terrível. Nós participamos de uma CPI sobre a contaminação do subsolo, e houve denúncias, à época. Nós fomos juntos fazer a parte da CPI. Eu presidi essa CPI, e o Alfredinho era o Relator.

Nós chegamos a essas chácaras, e a situação era terrível. Uma senhora que, com certeza, não tinha condições financeiras de tratar da sua família tinha mais de 400 cães. O cheiro era horrível; os cachorros eram todos sarnentos. Muitas pessoas ajudavam, mas, enfim, precisamos realmente fazer esse tratamento, que certamente vai ajudar muito.

A maior preocupação que levou o Deputado Ricardo Izar a fazer esse requerimento — o convite, primeiro, e, depois, a convocação do Prefeito — são, infelizmente, as feiras. Quanto mais extremo, mais se usam essas feiras que vendem cachorro, gato, periquito e papagaio. É uma coisa muito ruim. O Prefeito, certamente, determina a cada dia a fiscalização, mas, infelizmente, lá na ponta, não dá para saber o que acontece.

Eu tenho certeza de que os funcionários responsáveis por isso serão punidos, porque a preocupação já foi demonstrada pelo Haddad há um bom tempo, desde que assumiu, sobre essa questão animal; deu-se continuidade com o hospital na Mooca; em Tatuapé. Fez-se na Zona Norte e caminha-se para o da Zona Sul.

Eu acompanho de perto o trabalho do setor de zoonoses. Essa GCM ambiental faz um trabalho fantástico. Eu acompanho muito, em Parelheiros, em Marsilac, o índice de proprietários de cães e gatos. Quanto menor o IDH, maior é o número. Havia até um número de cães, na região de Parelheiros, altíssimo, que me foi passado pelo pessoal de zoonoses da região.

Acho que a intenção da CPI é a melhor possível. Estamos aqui para aquilo em que pudermos ser úteis. Coincidentemente, logo que você apresentou o projeto para proibir a comercialização do fígado de ganso, eu apresentei o projeto, e disseram que já havia um tramitando. Então, deve ser aprovado rapidamente.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Primeiro, boa tarde! Quero cumprimentar o Prefeito, o Secretário Francisco Macena, o Secretário Medeiros e os colegas Parlamentares, o Sr. Presidente.

Quero esclarecer que, na verdade, não trabalhamos para que a Prefeitura não fosse convidada. Trabalhamos para que a Prefeitura fosse convidada, até por essas razões, por aquilo que estamos vendo aqui. Então é só para esclarecer sobre a necessidade de tomarmos conhecimento, no âmbito da CPI, daquilo que a Prefeitura vem fazendo. Aí, boa parte disso que foi apresentado nós já conhecíamos.

Nós temos que votar o relatório final da CPI nesta semana, e eu espero que dê tempo de que estas contribuições tanto do ponto de vista daquilo que a Prefeitura vem fazendo, como das sugestões que foram apresentadas aqui, possam entrar para enriquecer.

É evidente que parte do questionamento, inclusive, na CPI, do por que da convocação da Prefeitura e do motivo que ocasionou esse convite, em um primeiro momento, e, depois, a convocação, é um problema que há em todas as Prefeituras do País inteiro. Então, é importante registrar isso.

Uma das perguntas que eu queria fazer aos senhores é: como é a relação e a parceria com a Polícia Ambiental? Muita coisa que tem a ver com comércio ilegal tem a ver com crimes ambientais. Aí é com a polícia do Estado. Não tivemos a oportunidade de chamar a polícia do Estado para ir falar lá também, para vermos que política estavam adotando do ponto de vista da fiscalização.

Eu queria também fazer um registro de uma questão que conheço, Sr. Presidente. Há um diferencial muito grande na gestão do Haddad em relação ao cuidado com a vida. Quando eu falo em cuidado com a vida, refiro-me a olhar o conjunto das políticas que vêm sendo adotadas na Prefeitura de São Paulo com relação às pessoas. Consequentemente — não tenho problema nenhum por estar falando em uma CPI —, quando se tem um gestor que cuida da vida, é muito mais fácil e mais tranquilo ter o cuidado com a vida de um ponto de vista mais geral, da vida como um todo, não só da vida das pessoas, mas também da vida dos animais.



Aqui, o relatório e as políticas que vêm sendo adotadas têm demonstrado isso, como foi colocado aqui. É evidente que, na Prefeitura de São Paulo, pela dimensão que tem de bairros e pelas Subprefeituras, há uma dificuldade, mas nós vemos que há diferenças nessas relações.

Eu queria até citar um outro exemplo que eu e o Deputado Goulart conhecemos mais de perto: ao olhar para uma cidade com a dimensão de São Paulo, não se imagina que, de repente, há animais silvestres aqui, a não ser aquilo que conhecemos dos passarinhos, que têm aumentado nos últimos anos, até por uma mudança cultural da própria molecada.

Por exemplo, temos uma visão da zona rural na cidade de São Paulo, lá no extremo sul — Parelheiros, Marsilac —, e vemos ali o quanto isso vem avançando com a Prefeitura de São Paulo, do ponto de vista de se contemplar inclusive o cuidado com os animais silvestres, quando se imagina uma região que precisa ter um outro foco de desenvolvimento, na perspectiva do turismo rural, de se apreciar a beleza, de se criar um espaço para que as pessoas da cidade de São Paulo, em vez de pegarem as estradas e irem para o interior do Estado, tenham como passar um final de semana na região e conhecer a natureza, os animais. Então, vê-se que a Prefeitura tem políticas para isso.

Queria, primeiro, dar parabéns por aquilo que vi aqui, por aquilo que vínhamos acompanhando, que, com certeza, vai contribuir muito com o nosso papel lá na CPI. Cito o exemplo do hospital veterinário, uma reivindicação antiga dos militantes dessa área. O Deputado Ricardo Izar é um militante dessa área, assim como o Deputado Tripoli, e vem lutando por essas coisas há muito tempo.

Então, houve um avanço nessa área com o Governo do Kassab, e o Haddad não parou; pelo contrário, deu sequência. Eu acho que fez bem termos essa reunião com a Prefeitura de São Paulo, fez bem para a CPI. Podem ter certeza de que nós vamos fazer um esforço para que as contribuições daqui possam fazer parte do relatório, para que essas experiências daqui possam ser disseminadas e ter eco no âmbito federal, como também nos Estados, ou seja, no País inteiro, como contribuição desta CPI.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria complementar algumas perguntas aqui. Na verdade, quero dizer que, quando fizemos a convocação, como o Deputado explicou, ela veio de um convite e também veio de uma tentativa frustrada de marcar uma audiência com os senhores em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Animais. Desde 2012, vínhamos tentando uma agenda para tratar do assunto das feiras clandestinas e de um outro projeto, que não tinha nada a ver, que recebemos da Universidade de Lisboa, que era do combate às enchentes. Depois eu mando entregar isso para os senhores.

Na verdade, como foi colocado aqui, nós já tínhamos na pauta a questão do CCZ. O maior número de reclamações que chegaram por *e-mail* à CPI dos Maus-Tratos é referente aos CCZs do Brasil todo, não só de São Paulo. Mas o de São Paulo, pelo tamanho, é o recordista nas reclamações. E as reclamações que chegam são de não atendimento de animais, porque às vezes o animal está machucado, e não o aceitam lá dentro. Essas reclamações diversas aconteceram.

Nós tivemos uma proposta de fiscalização e controle no começo do ano, na Câmara dos Deputados, que nos levou a visitar o CCZ. Eu fui com a Luisa Mell, com o pessoal da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional São Paulo e da Seccional Santos, que tem uma comissão de defesa dos direitos dos animais. Eles foram conosco, e nós pedimos algumas informações. Algumas nós recebemos, outras ainda não recebemos.

Os números mostram que existe um número de animais que entram no CCZ, e um número muito pequeno que sai, através das adoções. Isso significa dizer que uma grande parte deles está sendo eutanasiada. Nós não temos as informações necessárias para saber o porquê das eutanásias. Foram esses dados que pedimos oficialmente, mas até hoje não recebemos esses dados. Então, se puderem, enviem esses dados para fazermos um levantamento, batermos os dados e vermos se está tudo em ordem.

Como a senhora falou aqui sobre as feiras de adoção, também constatamos que não é efetuada uma feira de adoção há mais de 1 ano e meio, mais ou menos. Não é isso? Pelo menos é o que recebemos de informação no Centro de Zoonoses de São Paulo quando o visitamos. Isso foi em maio, eu não sei se já houve alguma depois disso.



A SRA. ROSANE CORREA DE OLIVEIRA - Eu vou verificar o que aconteceu com os dados, porque nós emitimos para o Ministério Público esses dados que nos foram solicitados.

Quanto à eutanásia, é importante salientar que o número vem num decréscimo muito grande a partir de 2008, com a legislação que proíbe a eutanásia em animais saudáveis. Hoje em dia, entre 60% e 70% das nossas eutanásias são feitas por solicitação, porque nós temos esse serviço. A Prefeitura possibilita que o munícipe pague uma taxa, que é um valor irrisório em comparação com o que pedem as clínicas particulares. Então, a grande maioria desses animais é eutanasiada em decorrência de solicitação, obviamente após a avaliação de que é o caso. Então, o médico veterinário avalia. O animal vem para avaliação, ele faz a avaliação e, se for o caso, ele faz a eutanásia. É o caso quando o animal tem uma doença terminal e não pode ser submetido a algum tipo de tratamento. Senão, ele retorna. Também damos os primeiros socorros, os primeiros atendimentos, os mais urgentes para esse animal do munícipe.

Quanto às feiras de adoção, desde 2013 o Centro de Controle está sofrendo uma reforma, porque nós temos muito problema de alagamento interno. Então, está sendo revista toda a nossa parte estrutural de encanamento e de águas pluviais. Mesmo assim, nesse ano nós já fizemos uma feira de adoção, com muito esforço, porque realmente as condições do Centro em reforma não são propícias para que as pessoas visitem os animais e tudo o mais. Então, é mais em decorrência disso que as feiras diminuíram, é mais em decorrência mesmo das reformas, que estão para ser finalizadas agora, neste final de ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero só lembrar, Prefeito, que antigamente eram feitas feiras de adoção em parques da cidade também, como Água Branca e outros parques. Então, por exemplo, se fosse dada continuidade a esse serviço, porque o custo é muito baixo, já que os animais estão parados lá, isso ia gerar uma oportunidade de adoção muito maior para os animais. Não é porque o CCZ está em reforma que não podemos fazer as feiras de adoção. Essa é uma sugestão que estou dando para a Prefeitura, para que possa continuar fazendo as feiras de adoção.



No caso do José Rubens, ele disse que queria saber o endereço das feiras clandestinas onde se vendem animais silvestres. Estivemos nas feiras pessoalmente. Fui com membros da Comissão, com o pessoal do IBAMA, o pessoal da Polícia Ambiental e o pessoal da Polícia Militar. Eles disseram que podem até apreender os animais, mas não têm como tirar a feira do local, porque seria uma incumbência da Subprefeitura a fiscalização do funcionamento da feira. Eles não têm como interferir nisso. Então, a participação da Prefeitura, que seria importante, seria na fiscalização dessas feiras, se eles têm o alvará de funcionamento para funcionar ali.

Eu trouxe uma fotos para o Prefeito, aqui, olha, dos animais silvestres sendo comercializados nas feiras de Jacu-Pêssego, sem autorização. E isso é crime, não é, a comercialização. E cai também nos crimes da questão dos filhotes, que são vendidos sem estarem vacinados, sem estarem castrados, sem estarem chipados.

Aqui a questão de como ficam as matrizes. As matrizes, que ficam dentro do porta-malas dos carros, são as fêmeas que reproduzem, e que são exploradas, para vender o quanto mais melhor. Então, você... E o fomento deles são essas feiras clandestinas.

Então, se pudéssemos tomar uma atitude de fiscalização para que a feira não funcione, automaticamente, estaríamos combatendo o tráfico de animais silvestres e a comercialização ilegal de animais.

Sobre os endereços das feiras, tem a do Jacu-Pêssego — e eu vou lhe passar isso, Zé — em frente à Cobasi do Villa Lobos; a Cobasi da Vila Leopoldina; a Praça Doutor Agostinho Bettarello, na Vila Leopoldina também; a Feirinha das Palmas, na Praça Luigi Palma; a feira do rolo, no Largo Santa Clara, e a feira de animais na Vila Mara, que eu acho que é uma das que tem o maior número de animais silvestres. Ali se vê de tudo: se vê cobra, passarinho, aves silvestres, exóticas, todo tipo, e nenhuma delas com anilha, nenhuma delas com licenciamento. Essa é bem aberta.

O SR. FRANCISCO MACENA DA SILVA - Sou Francisco Macena, Secretário de Governo. V.Exa. tem razão em algumas dificuldades que a Prefeitura tem, mas não próprias... Algumas da própria Prefeitura, algumas eu gostaria de frisar que não são de total responsabilidade da Prefeitura. O exemplo que eu vou dar: as



dificuldades que nós temos — e foi uma pergunta, inclusive, do Deputado Goulart — de atuações conjuntas e combinadas com a Polícia Ambiental, não é? Porque, infelizmente, a legislação municipal, ou a legislação nacional, estadual, ela traz alguns empecilhos para nós, e vou dar um exemplo.

O comércio na via pública é uma responsabilidade da Prefeitura, nós temos que coibir. Quando tem um carro fechado, com animal dentro, eu não posso mexer. Eu não posso interferir no carro, porque a responsabilidade de veículo e condutor é do Governo do Estado. Então, acontece, por exemplo, na feira que eu também conheço, lá do Aquário de Itaquera, muita gente põe no porta-malas, põe na perua. Quando percebe uma fiscalização, fecha o carro. A gente percebe o animal lá dentro, não é? Podemos autuar, se ele estiver no local de estacionamento proibido, mas não podemos apreender. Aquilo que está na via pública, aí, sim, é outra situação.

Nós temos uma série de ações que estamos programando agora, no sentido... Como nós temos essa limitação, é o que a gente fala da saturação, ou seja, é chegar antes nos locais que nós já sabemos que tem esse vício da feira, chegar com a fiscalização, chegar com a Guarda Ambiental, e impedir que a feira se instale, antes de... Porque, depois que ela se instalou, sem a Polícia Militar, nós não conseguimos ter uma atuação eficiente e eficaz. Então, nós temos uma série de programações...

Inclusive, deixo aqui o convite para que a Frente Parlamentar nos acompanhe. Nós precisamos desse apoio, também; que a Frente Parlamentar nos acompanhe nessas ações.

Vamos desenvolver ações como foi... Tem a programação que foi dita aqui, que a partir de janeiro a gente intensifica, não é? Havendo um acompanhamento da Frente Parlamentar, eu acho que nós vamos poder não só estreitar essa parceria com o Governo do Estado, como também buscar uma legislação mais eficiente e eficaz para combater esse tipo de questão.

Uma última coisa é que nós estamos num processo, também, de verificar tipos de convênios possíveis para um acolhimento mais responsável dos animais que não sejam os acumuladores, não é? Nós temos os convênios, por exemplo, com entidades, com ONGs, que praticamente resolveram o nosso problema com os



animais rurais — cavalo, burro, vaca, essas coisas. Rapidamente, depois dos 20 dias que é obrigatório ficarem lá, são tratados e tal, essas entidades já encaminham porque já têm um cadastro de propriedades rurais que os aceitam. Quer dizer, resolveram o nosso problema.

E eu acho que é possível avançar. Ainda estamos trabalhando, em contato com várias entidades, para ver uma forma de conveniamento para termos um acolhimento desses animais de forma mais correta, adequada, humana, que não seja com os acumuladores.

O SR. FERNANDO HADDAD - Eu queria só complementar algumas informações. É preciso envolver a Polícia Civil nesse processo. Se esses crimes estão sendo cometidos e se sabe onde, se se sabe quem, as prisões têm que ser efetuadas por quem de direito. Então, as polícias precisam funcionar. Tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar, elas têm a incumbência de coibir qualquer tipo de crime, inclusive o crime ambiental. Então, imaginar que só a fiscalização de feiras será suficiente para esse fim, eu me permito dizer: é um equívoco. Se o Estado não vestir a camisa da defesa dos animais, nada vai acontecer, porque as polícias são essenciais no combate a esse tipo de crime. Por mais rigorosa que seja a fiscalização do comércio, o crime tem que ser combatido por quem é preparado para o combate ao crime, quem tem formação para isso, e isso a Prefeitura não tem. Constitucionalmente falando, isso é uma atribuição do Governo do Estado. Sobre... Só para fazer um reparo em relação... Eu sou uma pessoa conhecida por devolver telefonemas de quem quer que seja. Do cidadão comum à Presidente da República, eu retorno ligações. Infelizmente, não chegou, no meu CETEL, no meu controle de telefone, nenhum pedido de audiência, porque todos os Deputados Federais e Estaduais, e Vereadores que querem me encontrar, — pode perguntar pra quem quiser — todos conseguem, porque eu não deixo de retornar uma ligação. Então, eu não sei onde se perdeu esse pedido. O senhor ainda falava de um chefe de gabinete meu que me serviu por 10 meses, apenas. Então, se é uma coisa lá de 2013... Em 2012 eu não era nem Prefeito. O senhor falava que tentou já em 2012. Nem eu era o Prefeito, era o seu Prefeito, não é? *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. FERNANDO HADDAD - Porque o senhor se referiu a 2012. Aí, era o seu Prefeito. Então, não há nenhuma solicitação oficial de audiência e, no meu controle de telefonemas, não há nenhum telefonema seu pra mim que eu não tenha retornado. Se, por acaso, falou com alguém que não me fez chegar o recado, eu me desculpo por essa pessoa, mas eu retorno todas as ligações, independentemente da patente da pessoa. Às vezes, um cidadão liga aqui com algum problema, e a gente dá um retorno, seja lá qual for a demanda. Então, nunca enfrentei esse tipo de dificuldade... E de todos partidos, independentemente de ser de situação ou de oposição, isso não faz a menor diferença quando o interesse público está em jogo. No mais, eu queria dizer que, como testemunha — e é nessa condição que eu falo aqui —, sou testemunha do trabalho do serviço público de São Paulo. É um serviço público que está muito à frente das outras cidades, mas muito à frente! São poucas as cidades, se é que há, em que há hospital veterinário, como nós temos. É óbvio que o volume, em São Paulo, tem que ser o maior do Brasil. Estamos falando de uma cidade que tem 6% da população brasileira, e nós não representamos 6% das queixas do Brasil, porque a população paulistana também é muito consciente da sua educação ambiental, e os gestos do paulistano, em relação aos animais, é um gesto de generosidade. É uma população muito ciosa das suas obrigações ambientais, tanto no que diz respeito à fauna quanto no que diz respeito à flora. São Paulo, efetivamente, não é conhecida como a cidade onde os seus habitantes, cidadãos, violem os direitos ambientais. Ao contrário, o crescimento da consciência ambiental em São Paulo é grande. Tanto é que a legislação, em São Paulo, eu diria que é mais avançada do que a legislação nacional. A legislação ambiental, em São Paulo, está crescendo. E não é só no que diz respeito à fauna, porque nós estamos falando de fauna, mas o nosso Plano Diretor é o mais avançado do ponto de vista ambiental: resíduo sólido, nossa legislação é a mais avançada do Brasil; iluminação pública, a nossa é a mais avançada do Brasil. Então, sob todos os aspectos... Transporte público, o senhor está vendo a revolução que está sendo feita para melhorar a qualidade do transporte público, do ciclismo, do pedestre. Enfim, a agenda ambiental de São Paulo hoje é assunto internacional. Você vê aí reportagens no mundo sobre São Paulo, sobre o seu compromisso ambiental. E os animais são um capítulo desse livro que está sendo escrito a favor do meio



ambiente. Então, é importante registrar todo esse esforço. O Nilto lembrou bem, é o Deputado que... Nós resgatamos o conceito de área rural em São Paulo. Ele se perdeu no Plano Diretor anterior, mas nós aprovamos um novo Plano resgatando a área rural de São Paulo. Criamos um polo de ecoturismo, em Parelheiros, incentivado do ponto de vista fiscal — reduzimos os impostos para a instalação de pousadas, atividades turísticas, visitação a corredeiras, cachoeiras, borboletários, etc., tudo ali. Então, a consciência ambiental só cresce na cidade de São Paulo. É uma coisa muito importante de se sublinhar, porque isso é o mérito do cidadão, não é só do poder público. O cidadão ganha, a cada dia, consciência das suas obrigações em relação ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só pra complementar a questão do CCZ, quando nós estivemos lá, a Luisa Mell se prontificou a usar o Instituto Luisa Mell para fazer a parceria com as feiras de adoção. Eu também tenho, nós temos um instituto, o Instituto Ricardo Izar, que faz isso. Então, se precisar de parceria para promover mais feiras de adoção, podemos ajudar custo para o Município — sem custo!

Sobre a questão da polícia, Prefeito, quando nós fizemos a diligência até a feira da Jacu-Pêssego, o que a Polícia Civil, a Polícia Ambiental e também o pessoal do IBAMA nos disseram foi que a grande dificuldade deles é o questionamento do funcionamento da feira, porque quando tem o animal e se constata os maus-tratos, eles podem fazer a apreensão, que é o que o senhor falou: é função deles. O IBAMA, quando tem um animal silvestre, eles resgatam — têm até dificuldade de para onde mandar, que é um caso que a gente está vendo na CPI, e do relatório vai constar isto: a dificuldade de para onde destinar os animais resgatados. Mas a grande dificuldade deles, mesmo, é que se não se permitir o funcionamento da feira, automaticamente isso vai dificultar o comércio e vai dificultar a venda ilegal. Então, se a gente pudesse fazer isso através da Secretaria das Subprefeituras... Não deixar colocar barraca porque, depois que colocam, a dificuldade é maior não é?

O SR. DEPUTADO GOULART - Nós temos vários eventos, na capital, que reúnem milhares de pessoas, não é? Eu participo de dois eventos desses: em maio, na Maifest, em outubro, na Brooklin Fest, que é lá na Joaquim Nabuco, Princesa Isabel. Vários outros eventos ocorrem, como a Festa da Nossa Senhora Achiropita,



várias festas religiosas aí pela cidade, onde poderia haver feira de adoção. Se tiver algumas pessoas... Levaram lá, e não teve nada a ver com a Prefeitura, parece que foram adotados, na última feira, lá, uns 20 animais. Se houvesse, se a feira disponibilizasse espaço para isso, para essa atividade, se tivessem lá 50, 100 animais, teriam sido todos adotados, entendeu?

Poder-se-ia estabelecer convênio com esses eventos da cidade, onde o público vai automaticamente. Na feira de maio, no Brooklin, devem ir, no mínimo, 200 mil pessoas; outubro, a mesma coisa. Então, o cliente está lá. Basta oferecer.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Como a CPI está terminando agora, pelo menos nós dois, eu e o Tripoli, estamos na Comissão de Meio Ambiente. Acho que tem uma programação aqui, que a Prefeitura apresentou, e estamos vendo que há um esforço da Prefeitura. Talvez no começo do ano, poderíamos organizar uma audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, para a qual poderíamos chamar, então, a Polícia Ambiental, a Fundação Florestal, para ver como poderíamos, pelo menos esse grupo de Deputados, acompanhar um pouco as políticas, até para ajudar, contribuir com esse esforço aqui, que acho que está no caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Alguém mais quer falar? Posso encerrar? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.